



## **TRABALHO OU PROMISCUIDADE: DUAS VISÕES A CERCA DA PROSTITUIÇÃO.**

Amadeu Lima de Deus<sup>1</sup>  
Alan Patrick de Souza Oliveira<sup>2</sup>  
Dielly de Castro Silva<sup>3</sup>  
Marcos Diego Santiago da Silva<sup>4</sup>  
Silvia Lilia Silva Sousa<sup>5</sup>  
Zenaide Lima da Silva<sup>6</sup>

**Resumo:** Este estudo objetiva uma análise das chamadas “profissionais do sexo”, na rodovia BR- 316 em Belém do Pará, situando a prostituição na ótica sociológica do trabalho. A pesquisa também conta com uma discussão pautada no campo dos autores da sociologia do trabalho, buscando inserir a prostituição neste âmbito.

**Palavras-chave:** Trabalho, Promiscuidade, Prostituição.

---

<sup>1</sup>Graduando em Ciências sociais, com ênfase em Antropologia na UFPA. [Amadeu25lima@gmail.com](mailto:Amadeu25lima@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduando em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia na UFPA. [Apsso19@hotmail.com](mailto:Apsso19@hotmail.com).

<sup>3</sup>Graduanda em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia na UFPA. [diellycastro@hotmail.com](mailto:diellycastro@hotmail.com)

<sup>4</sup> Graduando em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia na UFPA. [sdiego62@hotmail.com](mailto:sdiego62@hotmail.com)

<sup>5</sup> Graduanda em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia. [Silvia\\_liliasousa@hotmail.com](mailto:Silvia_liliasousa@hotmail.com)

<sup>6</sup> Graduanda em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia na UFPA. [amilzena@hotmail.com](mailto:amilzena@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão do curso de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, é o resultado prévio das idas a campo e pesquisas bibliográficas.

Os novos movimentos sociais iniciados no século XX trazem na década de 80 as primeiras discussões sobre a violência contra a mulher, estes debates possibilitam a discussão aberta da violência contra as prostitutas, que como mostra Del Priore, ao estudar a história da sexualidade e do erotismo no Brasil, eram vítimas constantes de policiais, cafetões, clientes e negligenciadas no que diz respeito às questões de saúde. As primeiras organizações no sentido de reunir a categoria das mulheres que “vendiam sexo” em busca de reconhecimento, direito e cidadania toma corpo na década de 80. Segundo Del Priore a revista *Veja*, no ano 2000 divulgava as mudanças ocorridas na atividade da prostituição, afirmando que antes as mulheres se prostituíam por promiscuidade, por necessidade e agora, no século XXI, assumiam sem maiores problemas suas condições. Fato é que ainda pairam os questionamentos sobre definir a prostituição como um trabalho, ou as mulheres que a exercem a fazem porque não se empenham em buscar outra atividade, se são vítimas da dinâmica social que somente lhes apresenta a troca de favores sexuais por dinheiro. Em “Prostituição e a Liberdade do Corpo” de Elisiane Pasini, a autora apresenta os diversos argumentos em torno dessas questões, contrapondo algumas linhas analíticas dos grupos feministas. Porém o que propomos aqui é uma análise dessas questões á luz da sociologia, na medida em que situamos a prostituição na categoria trabalho, e a luz da antropologia, ao passo que buscamos perceber como o sujeito de nossa investigação -a prostituta- percebe sua própria representação na sociedade.

Em uma perspectiva psicanalítica, a atitude moral frente à sexualidade, é a causa das neuroses dos seres humanos, segundo Freud os desejos sexuais são coercitivamente reprimidos. Tudo aquilo que visa satisfação de nosso ID é reprimido pela consciência moral, aprendemos desde muito cedo a reprimir nossos desejos e controlar nossa sexualidade, não entrarmos em conflitos com os valores morais alimentados pela sociedade e armazenados em nosso SUPEREGO.

Isto nos leva a vislumbrar a função social que as profissionais do sexo têm no contexto social, elas são procuradas no momento em que os homens cedem aos apelos do SUPEREGO, buscando a satisfação de seus desejos reprimidos pelos padrões sociais. Entretanto historicamente e socialmente atribui-se a mulher o papel de desviante

da moral, esquecendo-se que existe produto, porque existe consumidor, existe trabalho, porque alguém se beneficia deste trabalho.

É justamente por ser um assunto polêmico, fato que envolve a moral e a constituição de valores, que a regulamentação da prostituição, pautada nos parâmetros legais de nossa legislação brasileira, gera muitas discussões. E acreditamos que dando voz a essas mulheres, e analisando o que parte da sociedade afirma sobre a temática, bem como o diálogo com autores, possamos entender um pouco mais sobre a questão em estudo. Assim, não se objetiva apenas respostas prontas, mas a abertura de um caminho para futuros estudos e levantamento de indagações e respostas que envolvam o sexo como profissão na perspectiva sócio-antropológica.

A seguir apresentaremos elementos que possibilitarão a resposta da pergunta que dá título a este trabalho. Prostituição, Trabalho ou Promiscuidade?

### **PROSTITUIÇÃO NA ÓTICA SOCIOLÓGICA DO TRABALHO**

Começando pela questão de como olhar a prostituição, nos vemos diante do desafio de avançar e levar a discussão para além de questões morais, que tem por base, principalmente, formações religiosas, e passarmos para uma análise da realidade objetiva do fato que nos propomos a debater. Claro, não vamos deixar de considerar aqui essas questões socioculturais, porém, não podemos nos ater somente a elas. Isso tudo para podermos tentar fazer as conexões da prostituição com a atividade vital do homem: o trabalho.

Primeiramente, para podermos enxergar a conexão entre a prostituição e o trabalho é necessário que nos situemos em que condições o trabalho, nas sociedades baseadas no modo de produção controladas pelo capital, se encontra na atualidade.

O processo sócio-metabólico do capital inicia com uma divisão social do trabalho que é historicamente constituída, subordinando, assim, o trabalho ao capital. O trabalho, como já foi dito, é atividade vital do homem, pois ele é segundo Marx “A necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza.” (Marx- O capital, p.50). Ou seja, o trabalho é processo que intermedia a relação do homem, que possui por princípio ontológico necessidades a serem satisfeitas, com a natureza, que fornece os meios necessários para a satisfação de determinadas necessidades e, assim, a criação de novas necessidades. Segundo István Mészáros, baseado nas investigações de Marx, o trabalho se encontraria na categoria de mediação de primeira ordem, isso porque “o modo de existência humano é inconcebível sem as

transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva.” (Mészáros- A teoria da alienação em Marx, p.78). A partir da submissão do trabalho pelo capital, ainda segundo Mészáros, o trabalho passaria pelo processo que ele chama de “mediação da mediação”, pois agora estaria entre o processo de mediação da natureza um emaranhado complexo de relações que aliena o trabalho dos homens, esse processo é considerado como uma mediação de segunda ordem.

A mediação de segunda ordem é baseada pela tríplice: divisão do trabalho, propriedade privada e intercâmbio, isso se apresenta com um caráter negativo. Essa mediação se interpõe entre a mediação vital do homem e da natureza, ou seja o trabalho, alienando o homem da natureza, da sua própria espécie e de si mesmo; invertendo as relações sociais, que passam a ser mediadas por mercadorias, e assim fazendo com o que Marx caracteriza como uma valorização do mundo das coisas e uma desvalorização do mundo dos homens. Essa mediação de segunda ordem é necessária ao capital para que ele expanda a sua imposição de fazer tudo um valor de troca.

Com o sexo não deixa de ser diferente. É certo que a prostituição nem sempre teve os mesmos aspectos que ela apresenta hoje. Ela, é óbvio, acompanhou o dinamismo social. Aqui se faz necessário ingressarmos numa discussão que tem rendido muito debate no conceito de trabalho: trabalho produtivo e improdutivo; isso porque é justamente aí que encontramos a conexão entre a prostituição e o trabalho.

Harry Braverman em seu livro “Trabalho e capital monopolista” entra no debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo. Podemos caracterizar o trabalho produtivo de acordo com a seguinte passagem “Em essência, Marx definia o trabalho produtivo no capitalismo como aquele que produz valor de mercadoria, e, por conseguinte, valor excedente, para o capital.” (Braverman, p. 348). Temos, é claro, a noção de que a prostituição pode se enquadrar no conceito de trabalho produtivo, é o caso das mulheres que trabalham em boates, casas de massagem, ou que de alguma forma exercem a atividade, tendo essa atividade um mediador entre a prostituta e o cliente. Mas devido a finalidade do artigo, que limitou a pesquisa com as “profissionais do sexo” que atuam na rua, e que não possuem vínculo com nenhum mediador, podemos caracterizar essa atividade como trabalho improdutivo. Improdutivo num sentido de que não gera mais-valia.

Uma vez que o trabalho tem sua existência em decorrência da satisfação das necessidades, e a prostituição consiste na venda de atividades sexuais, tanto para

satisfação sexual do cliente, como para satisfação material da prostituta, não há porque não afirmar que a prostituição do ponto de vista sociológico é um trabalho.

## **UM PASSEIO NA ESQUINA**

Nossa pesquisa de campo tem início na fronteira Belém-Ananindeua, nos primeiros quilômetros da BR 316, rodovia que vai do Pará a Maceió, ali como em alguns pontos da cidade por volta de 9 horas da noite, mulheres e travestis ocupam suas esquinas em busca de clientes. O desenvolvimento transformou essa parte específica da rodovia, em um grande centro comercial, onde estão localizados Shopping, grandes concessionárias, lojas, escolas e supermercados, a essa hora o fluxo de pessoas é enorme, isso de forma alguma intimida as prostitutas e muito menos os travestis, que deixam o corpo completamente á mostra.

É importante ressaltar que o espaço onde esses sujeitos estão situados, se encontra numa zona de fronteira entre o que seria a entrada da cidade de Belém e o município de Ananindeua, área periférica que cornuba a região metropolitana da capital. Essa característica marca a prostituição nesse local, já que a relação de alteridade, conforme José de Souza Martins se torna ainda mais evidente no limiar sócio espacial. Segundo o autor, tal perspectiva pode ser adotada uma vez que a fronteira viabiliza a coexistência de vários atores sociais e tempos históricos distintos num ambiente de transição onde as relações evidenciam pelo menos dois lados: o humano e não humano, o natural e o animal. Essa conjuntura abre espaços para problematizar os conceitos de civilização, barbárie e marginalidade, identificando os possíveis limites da humanidade do homem.

O objetivo ali era o de conseguir descobrir as motivações que levaram aquelas mulheres a exercerem a atividade de prostituição, conhecer suas trajetórias e ouvir delas, como estão representadas no contexto social, e sua percepção sobre o papel que estão exercendo, realizar o exercício hermenêutico de dar voz ao sujeito. Para isso construímos um roteiro de perguntas abertas, apenas pra direcionar a conversa e cientes da dificuldade que teríamos na conclusão deste objetivo nada simples, nos lançamos em um passeio nas esquinas da BR 316.

A primeira abordagem cujo resultado foi positivo, veio após cerca de uma hora de tentativas frustradas. O número de travestis que atuam nesse espaço é maior que o número de mulheres, somando isso a nossa condição de iniciantes neste tipo de campo, os enganos eram frequentes, por vezes abordamos grupos de travestis imaginando que

eram mulheres, porém logo o engano era percebido, e a situação tornava-se descontraída, as “meninas” que não eram meninas, demonstravam simpatia e acessibilidade para colaborar conosco, por meio delas conseguimos informações dos pontos específicos onde as mulheres ficavam.

As prostitutas, não eram tão acessíveis quanto os travestis, algumas se recusam a falar, o que já era esperado por nós. Porém, após uma hora em campo, conseguimos aquela que seria a primeira e mais importante abordagem, porque a partir dela conseguiríamos a colaboração das outras mulheres.

A seguir, descrevemos parte do que nos revelou este passeio nas esquinas da BR 316.

#### **Amanda, a puta[sic] apaixonada.**

Amanda tem 27 anos é prostituta há cerca de 10 anos, é mãe de três filhos, que sustenta com a ajuda do pai de um deles e com a renda obtida dos programas que faz, programas que lhe deram a casa em que vive com os filhos, seus familiares sabem de sua atividade, por vezes Amanda se afastou da BR 316 e conseqüentemente parou de se prostituir, quando perguntamos o motivo ela responde que “Putas que se apaixonam é o fim”.

Apesar de reconhecer o que faz como um trabalho, Amanda não se orgulha disso, e seu motivo maior são os filhos que estão crescendo “eles estão crescendo e já perguntam as coisas, perguntam pra onde vou sair, onde passo a noite, não quero que eles saibam o que faço”. Ela já perdeu a conta do número de currículos já distribuídos, porém nenhuma a resposta lhe foi satisfatória.

Ao falar de sua trajetória, ela acredita que hoje sofre menos preconceito, por parte da sociedade do que quando iniciou, e apesar de desconhecer qualquer organização que lute pelos direitos das prostitutas, defende o reconhecimento da prostituição como trabalho.

Amanda é nossa porta de acesso para as outras, que curiosamente apresentam trajetórias semelhantes. De todas as entrevistadas, apenas uma afirma que não sairiam as outras, mesmo sabendo que ganhariam menos, afirmam sair caso conseguissem outra atividade. Ao mesmo tempo, que, como Amanda, defendem o reconhecimento de sua atividade como trabalho, lutam para sair deste trabalho, demonstraram não estar satisfeitas com o que desempenham.

#### **“Negócio de Família”**

**Rita e Thaty** são duas irmãs que se prostituem na BR 316 há 20 e 11 anos respectivamente. É interessante observar aqui, coincidentemente ou não, é que Thaty foi iniciada na prostituição pela sua irmã mais velha, Rita. Esse fato se deu por que Rita adoeceu e pediu para que Thaty fosse lhe substituir na atividade, já que esta era a única fonte de renda da família. Mais tarde, Thaty acabou ficando na BR devido suas necessidades financeiras, pois através desse trabalho ela podia sustentar seus cinco filhos.

Atuando como prostitutas, as duas irmãs tiram dali o sustento familiar sem muitos ganhos de excedentes que proporcionasse aquisição de bens materiais. Elas relatam que pretendem sair da “zona”, mas que o processo é lento, já que ambas não tem outra fonte de renda e pouca escolaridade.

Rita ao ser questionado sobre a percepção de seu trabalho como prejudicial à sociedade, diz que não há nada de prejuízo, pois ela não “está roubando e nem violentando ninguém”, ao contrário, é a sociedade que ofende, discrimina e maltrata as pessoas que vivem da prostituição relegando o direito de sobreviver dessas mulheres e colocando-as a margem da sociedade.

#### **Eliane, de menina á mulher na zona.**

Eliane tem 18 anos e chegou à zona a pouco mais de um ano. Começou a se prostituir com 17 anos quando saiu de casa depois de uma briga com sua mãe. Mesmo tão nova essa menina mulher já trás em sua trajetória algumas histórias bem marcantes. Teve um relacionamento amoroso com um homem que era traficante e que foi preso logo após sair de casa. Naquele momento tinha engravidado do mesmo e se viu obrigada a abortar devido as suas condições materiais instáveis. Esse contexto se deu à medida que seus anseios de jovem do século XXI não podiam ser atendidos pela mãe que tinha um poder aquisitivo muito baixo trabalhando como doméstica em casa de família. Cabe notar que mesmo tendo pouco tempo de zona, Eliane foi agredida e quase foi morta por um suposto cliente que tentou abusá-la quando tinha acabado de fazer o aborto. Sua fala, contudo é marcada pelo o medo, certo descontrole emocional e, sobretudo, um desejo de liberdade que ousou lutar contra tudo e todos para viver e ter o que quisesse.

#### **DA ZONA PARA A ORGANIZAÇÃO DAS PROSTITUTAS DO ESTADO DO PARÁ.**

O GEMPAC, grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará. Filiada à rede Brasileira de Prostituição, localiza-se na Rua Padre Prudência no bairro de Campina. Há 22 anos o GEMPAC luta pela regulamentação do trabalho das prostitutas e pela dignidade da categoria que historicamente é desrespeitada. Lourdes Barreto fundadora do grupo foi prostituta há 53 anos, iniciou seu trabalho aos dezesseis anos, devido ser violentada sexualmente dentro da própria casa. Hoje, ela é mãe de quatro filhos e dez netos, tem 69 anos e a militante de maior referencia quando se trata da luta contra prostituição infantil, exploração sexual, tráfico de mulheres e na luta pelos direitos da prostituta no Estado.

Afirma Lourdes “criei minha família na prostituição e vejo como um trabalho qualquer”. Para ela a prostituta é educadora sexual, uma vez que são procuradas para relaxar e dar outros prazeres que só elas podem possibilitar.

O GEMPAC se mantém por doação, é um prédio simples, cedido pela fundação Santa Casa de misericórdia do Pará e funciona com o propósito de lutar pelos direitos e deveres das prostitutas, desenvolvendo quatro propostas sendo: *articular políticas para que as “profissionais do sexo” assumam seu papel na sociedade como prostitutas*. Na visão de Lourdes isso não acontece devido o estigma que as prostitutas sofrem da sociedade. Além disso, *promovem palestras sobre os riscos e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS e o combate a exploração sexual infanto-juvenil no estado do Pará*. Contudo, a associação *promove cursos de capacitação, oficinas de corte costura e orientam mulheres que querem sair do Brasil sobre quais os documentos necessários para emigrar*. A entidade também luta pelos direitos das empregadas domésticas e desenvolve um forte papel social denunciando a exploração sexual infantil, principalmente, no bairro da Campina.

O trabalho desenvolvido no Gempac é reconhecido nacional e internacionalmente. A instituição conta com mais de doze mil associadas e tem o papel de formar multiplicadores de informações.

## **PROFISSÃO PROSTITUTA, OS CAMINHOS DA REGULAMENTAÇÃO.**

Em março deste ano o grupo de prostitutas do Estado do Pará lançou a campanha: “*Não deixa a luz das esquinas se apagar*”. O objetivo dessa ação é revitalizar a prostituição nas esquinas do bairro da Campina. Este Bairro já foi o centro da prostituição. Antigamente suas esquinas eram bastante iluminadas e os prédios,



praças, ruas e monumentos se encontravam preservados. Com isso soma-se a intenção de preservar esses espaços na perspectiva de patrimônio histórico-cultural da cidade. O que se vê hoje é a depredação do lugar e o acúmulo de usuário de drogas nesses espaços.

A campanha também endossa a luta pela regulamentação da profissão de prostituta. Para isso o Gempac visa propiciar um espaço de afirmação de identidade. As mulheres associadas na Instituição não querem ser chamadas de “garotas de programa”, mas sim de prostitutas, segundo Lourdes, a identidade precisa ser assumida para poder combater a discriminação e conseguir avanços na sua legalização, assim como para lutar por respeito, o homossexual precisa se assumir enquanto tal, a prostituta também precisa.

Apesar de já ser reconhecida como ocupação pela classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Somente em 2003 surgiu no Senado o primeiro projeto de lei, propondo a regulamentação da profissão, construído pelo Deputado Fernando Gabeira. Inicialmente esse projeto de lei foi vetado. Um dos motivos diz respeito à questão moral e religiosa que no Brasil é determinante.

“A prostituição não constitui crime. Crime é a exploração das prostitutas”. Lourdes afirma, “é como explorar um trabalhador qualquer”, ao contrário do argumento usado para vetar o projeto de Gabeira, o Gempac acredita que a exploração sexual e o tráfico de mulheres só vai terminar quando a prostituição for legalizada enquanto profissão, pois dessa forma, estaria pondo um fim nos articuladores de mulheres para fora do país que ganham muito dinheiro em cima de seu trabalho.

Em março de 2012, o assunto volta novamente ao Senado, através do deputado Jean Wyllys, que juntamente com representantes, pesquisadores do assunto, representantes da sociedade civil, seguem elaborando outro projeto de lei com o mesmo propósito do elaborado por Gabeira.

O novo projeto está sendo construído com base em uma lei em vigor na Alemanha, que regulamenta a prostituição no país, e o projeto arquivado, elaborado por Fernando Gabeira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É preciso ter em mente que este trabalho apresenta resultados preliminares, a serem posteriormente aprofundados, no entanto, responde ao objetivo proposto inicialmente que é o de situar a prostituição na ótica sociológica do trabalho, ouvir as prostitutas sobre sua própria representação social, e discutir os caminhos da regulamentação da prostituição como profissão.

A atitude da sociedade frente ao trabalho exercido por essas mulheres sempre foi e ainda é repúdio, medo, condenação, pois para muitos tal atividade vai de encontro a moral e os bons costumes que são necessários à reprodução social dos indivíduos. Todavia o discurso dessa natureza não corresponde à prática do cotidiano. Muitos homens e mulheres por vezes estão inseridos no mundo da prostituição ou mesmo vivem dela à medida que inúmeras famílias são subsidiadas pelos recursos proveniente desse trabalho.

Essas mulheres fora de casa, na rua, exercem um papel diferenciado daquele historicamente construído ao longo dos séculos que durante muito tempo subordinou-as em relação os homens. A dimensão que deve ser destacada aqui faz referência a força que as discussões sobre gênero ganham a partir dos movimentos feministas pós 70 e 80. No entanto, é com chegada do século 20, de outros movimentos sociais, e o avanço dos estudos no campo da antropologia, que a emergência do conceito vislumbra a possibilidade de perceber, como diria Guacira Lopes, o “apelo relacional – já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros”. (Lopes, 1997).

A prostituição se insere nesse contexto quando observamos que a mulher fora de casa, assumindo muita das vezes a responsabilidade de provedora do lar, compõe, independente da atividade que exerce ou não, uma nova estrutura social que escapa a hierarquia tradicional das relações de trabalho. O papel social da mulher deixa de ser secundário e a identidade dela enquanto prostituta surge em meio à construção de sujeito moderno que fragmenta ou desconstrói as percepções tradicionais de identidade relegados ao gênero feminino. E não só a mulher mais como também a outras categorias sociais que passam pelo mesmo processo de reconstrução identitária em momentos históricos distintos bem observadas por Stuart Hall. ( Hall, 2006)

É assim, por exemplo, que Rosa, prostituta entrevistada, filiada ao Gempac, analisa o reflexo da atividade no dia-dia das pessoas, já que muitas mulheres, além de ser o esteio financeiro da família, também educam seus filhos, pagam impostos,

adquirem imóveis etc, que propulsiona a economia e organiza alguns setores da sociedade.

A última frase, ouvida por nós, na última entrevista realizada para a conclusão deste trabalho, foi dita por Rosa, “*essa vida é fudida, [sic] mas é divertida*”. Talvez isso sintetize bem o sentimento que predomina no exercício da prostituição no Brasil. Ela coloca em evidência as mazelas que assolam o trabalho dessas mulheres, mas que por vez implica prazer, diversão ou mesmo satisfação no que faz. E isso mostra que o ofício de “profissionais do sexo” como qualquer outra profissão, é capaz de misturar necessidade, competência, responsabilidade e paixão.

## REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

Del PRIORE, Mary. Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: A degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista. Porto Alegre: Editora Vozes, 1998.

MARX, Karl. O capital: Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1971.

MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

<http://jeanwyllys.com.br/wp/jean-wyllys-psolrj-e-sociedade-civil-discutem-pl-que-visa-regulamentar-a-prostituicao-e-fortalecer-a-cidadania-de-profissionais-da-area>

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.pdf>

